



GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES METROPOLITANO

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**



Índice

Balanço Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021	10



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

ATIVO	NOTAS	2021	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	78.236.849	76.680.318
Contas a Receber GRCTM		859.716	1.124.558
Estoques	5	261.827	305.378
Impostos a Recuperar	6	1.251.558	1.168.019
Adiantamentos a Empregados e Outros	7	6.093.697	7.372.486
Despesas Pagas a Regularizar		1.374.538	1.374.500
Outras Despesas Correntes		2.319.141	1.590.959
TOTAL DO CIRCULANTE		90.397.327	89.616.218
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	8	6.707.572	5.721.709
Imobilizado	9	3.438.764	3.631.300
Intangível	10	2.986.594	3.248.224
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		13.132.930	12.601.233
TOTAL DO ATIVO		103.530.257	102.217.450

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	NOTA	2021	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	70.323.971	74.966.589
Salários e Encargos Sociais	12	13.569.030	15.665.465
Impostos, Taxas e Contribuições	13	3.045.871	3.266.800
Valores Restituíveis	14	6.044.502,40	6.044.502
Conta Corrente – STPP	15	67.593.128	65.496.026
Depósito de Terceiros	16	3.611.802	3.317.880
Outras Obrigações		2.938.524	3.010.954
TOTAL DO CIRCULANTE		167.126.827	171.768.216
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	17	47.705.241	32.310.796
Resíduos de Créditos STPP	18	69.251.130	69.251.130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		116.956.371	101.561.926
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital Social Subscrito		1.000.000	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar		(424.300)	(424.300)
Prejuízos Acumulados		(216.120.051)	(206.679.802)
Crédito para Futuro Aumento de Capital		34.991.410	34.991.410
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(180.552.941)	(171.112.692)
TOTAL DO PASSIVO		103.530.257	102.217.450

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em reais)

	NOTA	2021	2020
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	380.367.994	189.114.836
(-) Custos dos Serviços Prestados	21	(47.030.596)	(46.254.867)
(=) LUCRO BRUTO		333.337.399	142.859.968
(+/-) RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e Administrativas	21	(342.978.135)	(145.984.724)
Outras Receitas Operacionais	21	88.867	785.866
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(342.889.267)	(145.198.858)
Resultado financeiro líquido	21	35.237	122.556
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(342.854.031)	(145.076.302)
LUCRO/PREJUÍZO OPER. LÍQ. DO EXERCÍCIO		(9.516.632)	(2.216.334)
LUCRO/PREJUÍZO POR QUOTAS		(9,52)	(2,22)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(9.516.632)	(2.216.334)
Outros Resultados Abrangentes		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(9.516.632)</u>	<u>(2.216.334)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)**

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos Iniciais Ajustados 31/12/2019	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(199.612.205)</u>	<u>(164.045.093)</u>
Retificação de erros				(4.851.262)	(4.851.262)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(204.463.468)</u>	<u>(168.896.356)</u>
Prejuízo do exercício				(2.216.334)	(2.216.334)
Saldos do Exercício em 31/12/2020	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(206.679.802)</u>	<u>(171.112.692)</u>
Retificação de erros				76.383	76.383
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(206.603.419)</u>	<u>(171.036.310)</u>
Prejuízo do exercício				(9.516.632)	(9.516.632)
Saldos do Exercício em 31/12/2021	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(216.120.051)</u>	<u>(180.552.941)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em reais)**

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(9.516.632)	(2.216.334)
Ajustes de exercícios anteriores	76.383	(4.851.262)
Depreciações e amortizações	642.835	617.548
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15.394.445	1.031.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	993.577	742.582
Prejuízo Líquido Ajustado	7.590.609	(4.676.145)
Aumento (diminuição) de Ativos		
Contas a Receber	(728.735)	(989.686)
Estoques	43.550	93.351
Impostos a Recuperar	(83.540)	(3.439)
Adiantamentos a Empregados e Outros	1.278.788	(1.083.664)
Despesas Pagas a Regularizar	(38)	(25.724)
Outras Despesas Correntes	(728.182)	(1.590.959)
Depósitos Judiciais	(985.864)	(1.141.493)
	(1.204.018)	(4.741.612)
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(4.642.618)	1.334.896
Salários e encargos sociais	(2.096.436)	2.515.950
Impostos, taxas e contribuições	(220.929)	(171.521)
Conta Corrente STPP	2.097.102	(2.765.095)
Depósito de Terceiros	293.922	151.417
Outras Contas a Pagar	(72.430)	807.682
	(4.641.390)	1.873.328
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades Operacionais	1.745.201	(7.544.429)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(171.667)	(78.152)
Intangível	(17.002)	4.855.380
Total das Atividades de Investimentos	(188.669)	4.777.228
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos	-	-
Recurso para aumento de Capital	-	-
Total das Atividades de Financiamentos	-	-
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	1.556.531	(2.767.202)
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	76.680.318	79.447.520
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	78.236.849	76.680.318
Variação no Caixa e Equivalentes	1.556.531	(2.767.202)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITAS	364.068.839	188.128.206
Transferências e delegações recebidas	377.776.403	186.430.862
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.591.591	2.685.381
Outras receitas	88.867	785.866
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(15.342.385)	(1.031.321)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.045.637)	(742.582)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(218.765.947)	(116.044.975)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(38.017.532)	(37.068.594)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(180.748.415)	(78.976.381)
VALOR ADICIONADO BRUTO	145.302.893	72.083.231
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (retenções)	(642.835)	(617.548)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	144.660.057	71.465.684
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	255.872	166.356
Receitas financeiras	255.872	166.356
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>144.915.928</u>	<u>71.632.039</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>144.915.928</u>	<u>71.632.039</u>
Pessoal	145.218.363	65.296.437
Remuneração direta	142.920.732	63.030.084
FGTS	2.297.631	2.266.353
Impostos, taxas e contribuições	8.143.952	7.684.045
Federais	8.133.626	7.660.021
Municipais	10.326	24.024
Remuneração de capitais de terceiros	1.070.245	867.891
Juros	220.635	43.801
Aluguéis	849.610	824.090
Remuneração de capitais próprios	(9.516.632)	(2.216.334)
Lucros retidos/prejuízos do exercício	(9.516.632)	(2.216.334)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundamentado na Lei nº 11.107, o **GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE METROPOLITANO** foi criado em 2008, após a extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/Recife), sendo pioneiro na implantação de consórcio de transporte público de passageiros no país.

Com um quadro operacional de 242 (duzentos e quarenta e dois) servidores efetivos, 47 em cargos comissionados, 31 extra quadro e 884 (oitocentos e oitenta e quatro) servidores terceirizados, o Grande Recife é o órgão gestor de um sistema constituído por 10 operadoras de ônibus, 26 Terminais Integrados, 01 Terminal de Passageiros, 84 Mini Terminais, 46 Estações de BRTs, sendo 19 em reformas e 02 Corredores Exclusivos de Ônibus, transportando cerca de 1.6 milhão de passageiros, aproximadamente, por dia.

Com a publicação da Lei nº 15.275/2014, de 29 de abril de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, relativo ao exercício de 2014, passou o CTM, no decorrer de 2014, a utilizar o sistema E-FISCO, sistema de controle orçamentário, financeiro e contábil, desenvolvido pela SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, para registro de seus atos e fatos administrativos, considerando que o Consórcio se encontra na qualidade de estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, Inciso III.

Por ser uma estatal dependente, o CTM recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas despesas. Devido a isto, pode-se afirmar que apesar dos sucessivos prejuízos apresentados, o CTM não entrará em descontinuidade, devido ao fato de fazer parte da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2021, Lei estadual nº 17.121, de 16/12/2020.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade - IFRS, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e modificações posteriores.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Sociedade em 14 de abril de 2022.

O CTM passou a atender, de forma suplementar, em função da utilização do sistema E-FISCO, os ditames de acordo com as práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, adotadas no Brasil, com base na Lei nº 4.320/64.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional do consórcio, e seguindo as diretrizes contábeis descritas abaixo.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos em bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e Bancos Contas Vinculadas. Estes valores compreendem 03 (três) fontes de recursos: 1) Recursos do Sistema de Transporte Público de Passageiros, oriundos da Bilhetagem Eletrônica; 2) Recursos Próprios; e 3) Repasses recebidos do Governo do Estado de Pernambuco para custeio das suas atividades operacionais.

As aplicações financeiras são realizadas na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB (pré-fixados ou pós-fixados), Fundo de Investimento Financeiro – FIF e foram classificadas como Disponibilidades do Consórcio em função da possibilidade de resgates imediatos livre de oscilações relevantes quanto aos valores resgatáveis. Constituem-se por depósitos bancários a vista, investimentos em Renda Fixa de alta liquidez, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das Demonstrações Contábeis.

3.2 Clientes e outros créditos a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos, e estão ajustados pela constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a Adiantamentos Diversos (funcionários e terceiros). Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário e férias e empréstimos, por ocasião das férias prevista em acordo coletivo de trabalho, por opção do empregado.

3.3 Tributos a Recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRRF e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.



3.4 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado.

3.5 Depósitos Judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto e a penhora. No Consórcio os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, as taxas utilizadas são as mencionadas na nota explicativa 10, em função da vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos Imobilizados	Idade
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos



3.7 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade.

Os ativos intangíveis adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra materiais e contratação de serviços. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.9 Outras obrigações a pagar

As outras obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Atendendo ao princípio da relevância contábil, as obrigações sociais que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram consideradas isentas de despesas de juros.

3.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em



todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificadano passivo não circulante.

Provisões para Contingências

A sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto dos valores provenientes do Capital Social Integralizado, dos Prejuízos Acumulados e Transferências Governamentais para futuro aumento de capital.

3.12 Apuração do Resultado

O Resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Bancos		
Conta Única	1.118	25.659
Outras Contas	70.159.143	70.891.923
Aplicações Financeiras	8.076.589	5.762.736
	<u>78.236.849</u>	<u>76.680.318</u>

São mantidos em bancos e aplicações financeiras, os recursos correspondentes ao recebimento da arrecadação para carregamento do Vale Eletrônico Metropolitano (VEM), do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP, sendo de responsabilidade do Consórcio o controle dos recursos para serem repassados às Operadoras de ônibus e permissionários no momento do resgate dos créditos dos usuários.

Constam ainda no saldo das disponibilidades, montantes de recursos aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco, para custeio das atividades operacionais do Consórcio. Estão presentes também em contas específicas os recursos recebidos do Estado, que são mantidos em aplicações financeiras para fins específicos de investimentos.

As disponibilidades de propriedade do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano são representadas por montantes recebidos pelo aluguel de box nos Terminais do Sistema Integrado de Transporte, comercialização de Carteiras de Estudantes e Livre Acesso, RVPO – Recurso de Veiculação de Publicidade em Ônibus, propagandas em abrigos e paradas de ônibus, multas sobre operadoras e Multas de transporte clandestino, e locação de espaço nos Terminais Integrados, para instalação de caixas eletrônicos 24h.

4.1 Composição do saldo das disponibilidades

O saldo das contas de caixa e equivalentes de caixa, constantes no balanço patrimonial, não representam o saldo real dos recursos disponíveis pelo Consórcio, tendo em vista que não houve saldo orçamentário para o registro de pagamentos a fornecedores e outros pagamentos, em sua maioria de natureza orçamentária, cujo valor consta na coluna “Lançamentos não Contabilizados”. Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de



Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a regularização desses valores.

	<u>Saldos em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Lançamentos</u> <u>Não Contabilizados</u>	<u>Saldo Real em</u> <u>31/12/2021</u>
Conta Única	1.118	-	1.118
Contas Bancárias Diversas	70.159.143	(70.086.520)	72.623
Aplicações Financeiras	8.076.589	-	8.076.589
	<u>78.236.849</u>	<u>(70.086.520)</u>	<u>8.150.330</u>

A quantia constante da coluna lançamentos não contabilizados, acima, por falta de dotação orçamentária, compõe-se dos valores a seguir demonstrados:

<u>Descrição</u>	<u>R\$</u>
Fornecedores	59.762.219
Tributos	6.635.924
Convênio	324.875
Folha de pagamento	848.832
Consignações	84
Locação de box	(15.558)
Depósito	(2.150)
Processo/custas	772.726
Orçamentário	55.443
Diárias	6.774
Suprimento individual	34.306
Extra orçamentário	1.663.045
	<u>70.086.520</u>

5. ESTOQUES



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Materiais de Consumo	98.898	72.468
Materiais de Construção	162.929	232.910
	<u>261.827</u>	<u>305.378</u>

O controle físico-financeiro da conta de Estoques não está integrado com a contabilidade. O sistema de controle de estoque opera em uma plataforma diferente do E-FISCO, impossibilitando assim a integração dos sistemas. Desta forma, o registro contábil da movimentação nessa conta está sendo feito manualmente com base em relatórios gerenciais emitidos pelo setor responsável e ajustado com base no inventário físico existente em 31/12/2021.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
COFINS a Compensar	8.974	8.974
ISS a Compensar	292.077	292.077
IRRF s/ Aplicação Financeira	813.667	737.636
Outros Tributos a Recuperar	136.840	129.332
	<u>1.251.558</u>	<u>1.168.019</u>

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS E OUTROS



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamentos a Empregados	1.881.044	3.156.933
Auxílio Doença	36.147	37.047
Suprimentos de Fundos/Repasse Institucional	3.900	5.900
Outros Adiantamentos	4.172.606	4.172.606
	<u>6.093.697</u>	<u>7.372.486</u>

O montante dos outros adiantamentos, corresponde em sua maioria ao recolhimento de ISS das operadoras de ônibus pelo Consórcio. Esses valores já foram recuperados, mas não foram lançados por falta de conta específica no E-fisco para os lançamentos decorrentes do fechamento da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). As contas de arrecadação, onde os valores deveriam ser baixados, não possuem saldo suficiente para lastrear tais lançamentos. Já foi pedido a Secretaria da Fazenda a criação da conta, em especial, para atender ao CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiros, considerando as características qualitativas fundamentais: a relevância e a representação fidedigna.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Essa conta representa os depósitos efetuados com a finalidade de recursos judiciais em função da contestação por parte do CTM, sendo dividida em trabalhistas e cíveis. O montante de R\$ 6.707.572 está dividido da seguinte maneira:

	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Depósitos Judiciais	1.663.824	972.599	2.636.423
Depósitos para Recursos	3.693.615	377.534	4.071.150
	<u>5.357.439</u>	<u>1.350.133</u>	<u>6.707.572</u>

9. IMOBILIZADO



DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2021
GRCTM – IMOBILIZADO						
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	512.986	3.801	-	-	-	516.788
MÁQUINAS EQUIP. E FERRAMENTAS	1.363.711	134.790	-	-	-	1.498.501
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.334.425	33.076	-	-	-	3.367.500
VEÍCULOS	7.946	-	-	-	-	7.946
TOTAL	5.219.067	171.667	-	-	-	5.390.734
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO						
TI PE-22	2.883.871	-	-	-	-	2.883.871
TI PRAZERES	176.009	-	-	-	-	176.009
TI COSME E DAMIÃO	268.229	-	-	-	-	268.229
TI AFOGADOS	251.161	-	-	-	-	251.161
TI SANTA LUÍZA	35.475	-	-	-	-	35.475
TOTAL	3.614.745	-	-	-	-	3.614.745
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO						
FORTE DE BRUM	147.402	-	-	-	-	147.402
TOTAL	147.402	-	-	-	-	147.402
DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (-)						
GRCTM – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(3.966.535)	17.553	(248.631)	-	-	(4.197.613)
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(1.383.380)	-	(133.124)	-	-	(1.516.504)
TOTAL	(5.349.915)	17.553	(381.756)	-	-	(5.714.117)
TOTAL LÍQUIDO	3.631.300	189.220	(381.756)	-	-	3.438.764

10. INTANGÍVEL



DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2020	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2021
SOFTWARES						
SOFTWARES EM USO	2.790.557	17.002		-	-	2.807.560
TOTAL	2.790.557	17.002	-	-	-	2.807.560
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS						
CORREDORES/BRT/TRO	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492
TOTAL	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)						
SOFTWARES	(1.910.712)					(1.910.712)
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS	(1.811.113)	-	278.633			(2.089.746)
TOTAL	(3.721.825)	-	278.633	-	-	(4.000.458)
TOTAL LÍQUIDO	3.248.224	17.002	278.633	-	-	2.986.594

11. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores Pagos com Recursos Próprios	59.762.219	59.271.506
Fornecedores a pagar	10.561.752	15.695.083
	70.323.971	74.966.589

Contabilizados pelos seus valores brutos, dos quais foram pagos com recursos próprios do CTM, entre os anos de 2014 e 2020, o valor de R\$ 59.762.219. Até o momento, esses valores não foram baixados devido à falta de previsão orçamentária para esses recursos financeiros.

Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a devida regularização desse montante. Sendo assim, o valor total dos fornecedores no balanço patrimonial não é fidedigno a realidade, bem como as disponibilidades do CTM, descrita na nota explicativa 4.



12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ressarcimento de Pessoal	2.978.301	3.485.567
Outras Obrigações com Pessoal	10.590.729	12.179.898
Imposto de Renda retido sobre a Folha de Pagamento	1.510.662	1.277.262
INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	320.053	312.060
Encargos Sociais a Pagar	1.144.204	1.120.275
Obrigações de Pessoal a Pagar - Extra Folha	7.460	7.460
Folha Pessoal a Pagar pela UG	-	4.871
Férias - Empresas - 1/12	2.550.859	2.613.068
INSS sobre Férias - Empresas - 1/12	531.854	544.824
FGTS sobre Férias - Empresas - 1/12	204.069	209.045
Folha Pessoal da UG	3.968.984	5.744.626
Folha Pessoal da UG – Incorporação	25	25
Pessoal a Pagar do Exercício	584	-
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	323.395	318.524
Obrigações de Pessoal – Extra folha	28.580	27.858
	<u>13.569.030</u>	<u>15.665.465</u>

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES



	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos a Recolher	2.287.031	2.667.024
Obrigações Fiscais a curto prazo	1.072.566	1.063.152
Imposto de Renda retido, exceto sobre a Folha de Pagamento	51.617	94.440
Imposto sobre Serviços retido de PF e PJ	549.959	896.543
Depósitos de Terceiros – Jaboatão	585.074	585.074
Depósitos de Terceiros – Olinda	27.815	27.815
Contribuições a Recolher	608.533	447.112
INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	538.946	389.675
Valores Restituíveis	69.587	57.437
Consignações a Recolher	150.306	152.664
	<u>3.045.871</u>	<u>3.266.800</u>

14. VALORES RESTITUÍVEIS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Conv. GRCTM/CBTU Repartição Tarifária	3.593.133	3.593.133
Conv. CBTU/STU/REC	1.998	1.998
Repasse Caixa Econômica Federal	2.449.371	2.449.371
	<u>6.044.502</u>	<u>6.044.502</u>



O saldo da conta Convênio GRCTM/CBTU/Repartição Tarifária se refere a valores depositados pelas convenientes CTM/CBTU/REC, que se originou dos valores da integração ônibus/metrô nos termos no convênio de cooperação técnica e financeira da repartição tarifária. O saldo Convênio CBTU/STU/REC é proveniente da venda de bilhetes do metrô (bilhete de papel), pela gerência comercial (GCOM) e posterior depósito por meio de GRU a CBTU/STU/REC. A conta Repasse da Caixa Econômica Federal teve seu saldo originado pelas transferências de recursos financeiros da união para o estado, como interveniente executor a EMTU/Recife, que pela sua extinção e incorporação à PERPART, foi sucedida pelo CTM que deu continuidade ao cumprimento do contrato de repasse.

15. CONTA CORRENTE DO STPP

	2021	2020
Contas a receber do STPP	(59.096.793)	(59.096.793)
Contas a pagar do STPP	49.340.988	44.714.311
Arrecadação antecipada	77.348.932	79.878.508
	67.593.128	65.496.026

Contas a Receber do STPP

A RST representa a Receita por Serviços Técnicos, que é a remuneração proveniente da administração do STPP, pelo Grande Recife. A RST auferida nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foi mensurada, aplicando-se um percentual de 4% (quatro por cento) sobre a quantidade de passageiros transportada no ano anterior, multiplicado pela tarifa média. O saldo referente ao Contas a Receber do Sistema está composto pelos valores dos Adiantamentos STPP e Outros Valores a Receber.

Contas a Pagar do STPP

O saldo referente ao Contas a Pagar corresponde às Obrigações do Consórcio vinculadas ao Sistema. As obrigações do GRCTM/STPP estão constituídas principalmente por compromissos assumidos através de convênios realizados com as prefeituras das cidades do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, para transferência de taxas administrativas e outras obrigações.



Arrecadação Antecipada

Os saldos demonstrados acima refletem a comercialização de Vale-transporte de papel e crédito para Vale Eletrônico Metropolitano (VEM) Estudantil. Esses recursos serão transferidos para as operadoras na quinzena em que o passageiro fizer uso desses créditos, através de resgates apurados após os descontos competentes.

Até o mês de novembro de 2010, também eram transferidos para a conta bancária do Grande Recife, os numerários correspondentes à arrecadação do Vale Eletrônico Metropolitano Trabalhador, contudo, o Consórcio perdeu judicialmente a administração da gestão financeira desses recursos que, a partir dessa data, foi transferida para o Sindicato das Empresas de Transportes de Pernambuco – Urbana. Todavia a atual administração, em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado, ingressou com ação judicial para recuperar a gestão financeira.

Conta Garantia de Tarifas

Foi instituída a Conta Garantia de Tarifas, por meio da publicação da Lei Estadual nº 15.189/2013, em que se depositem as receitas tarifárias do STPP/RMR e da qual só e realizem saques prioritariamente em favor dos operadores do STPP/RMR partícipes em instrumentos de concessão ou permissão de operação do STPP/RMR e a CBTU.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2021	2020
Depósitos de Cauções de Terceiros	43.872	32.284
Depósitos de Terceiros	3.567.930	3.285.478
Depósitos de Especiais	-	118
	3.611.802	3.317.880



Depósitos de cauções de terceiros, consiste nos valores dados em garantias contratuais previstas na lei nº 8.666/93, art. 56.

Depósitos de terceiros representa os valores relativos a convênios celebrados com entidades estudantis, bem como receita de veiculação e propaganda em ônibus – RVPO, instituída pela resolução nº 003/99, do conselho metropolitano de transportes urbanos - CMTU.

17. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2021	2020
Processos Cíveis	42.651.376	29.511.284
Processos Trabalhistas	5.053.865	2.799.512
	47.705.241	32.310.796

A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências cíveis e trabalhistas julgadas suficientes para cobrir prováveis perdas sobre os processos atualmente em andamento.

18. RESÍDUOS DE CRÉDITOS DO STPP

	2021	2020
Contas a Receber	(28.462.344)	(28.462.344)
Contas a Pagar	912.719	912.719
Arrecadação para o mês seguinte	96.606.340	96.606.340
Poisção da CCT	194.414	194.414
	69.251.130	69.251.130



Em 12 de dezembro de 2013, através do Artigo 17, Paragrafo Único, e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190, promulgada pelo Governo do Estado de Pernambuco, foi definido o prazo para prescrição dos créditos adquiridos pelos usuários para utilização no Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR, que por diversos motivos não são utilizados, e qual a destinação que os créditos não utilizados (Resíduos) poderão ter.

Anteriormente à promulgação dessas Leis, inexistiam instrumentos legais que definissem a caducidade dos créditos adquiridos pelos usuários do STPP/RMR, e uma vez existindo os mesmos, qual a sua destinação.

Artigo 17 e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190:

Art. 17. Os créditos oriundos das vendas antecipadas de bilhetes do STPP/RMR, sejam créditos de VEM Estudante, VEM Comum, VEM Trabalhador ou de qualquer outro tipo de vale existente ou a ser criado, quer tais créditos já tenham sido adquiridos, quer sejam adquiridos após a publicação desta Lei, todos têm validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

I. Se houver subsídios tarifários instituídos por quaisquer dos entes consorciados, tais valores devem ser utilizados para cobrir os montantes correspondentes aos concessionários do STPP/RMR conforme critérios de cálculo estabelecidos nos instrumentos de concessão de operação do STPP/RMR;

II. Inexistindo subsídios tarifários, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR, tais valores devem ser apropriados pelo CTM para custear as despesas com manutenção do STPP/RMR ou com a manutenção dos bens públicos afetados ao STPP/RMR;

III. Inexistindo subsídio tarifário, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR e não sendo o CTM entidade dependente, tais valores devem ser apropriados pelo CTM e devem ser utilizados unicamente para custear investimentos no STPP/RMR.

A partir de 17/04/2020, os créditos caducados previstos na Lei Estadual nº 15.190/2013, Art. 17, foi revogado pela Lei Estadual nº 16.861/2020.



19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital Social Subscrito, a Integralizar e Integralizado

Capital Social Subscrito	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar	(424.300)
Capital Social Subscrito e Integralizado	<u>575.700</u>

O saldo do capital social subscrito é representado por 1.000.000 milhão de quotas com o valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 575.700 pertencentes ao Governo do Estado de Pernambuco, 350.000 pertencentes à Prefeitura da Cidade do Recife e 74.300 pertencentes à Prefeitura da Cidade de Olinda.

19.2 Prejuízos Acumulados

A conta de prejuízos acumulados foi impactada em 2021 pela ocorrência de prejuízo do exercício no valor de R\$ 9.516.632 (nove milhões, quinhentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e dois reais).

19.3 Recursos para Aumento de Capital

O valor de R\$ 34.991.410 (trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dez reais) corresponde ao aporte realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades para manutenção e reforma de Terminais Integrados e Mini Terminais, elaboração de projetos de terminais e corredores, contratação de consultoria para licitação das linhas, sistema de monitoramento da frota, que serão posteriormente incorporados ao imobilizado da sociedade.

Segundo disposto no capítulo III, cláusula sétima, parágrafo nono, do Contrato Social do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, o capital social seria integralizado no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura (17 de junho de 2008) mediante contribuição em dinheiro, bens móveis ou imóveis. No entanto, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apenas o Governo do Estado de Pernambuco havia integralizado o seu capital subscrito.



19.4 Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido.

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2015	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(133.533.209)</u>	<u>(97.966.099)</u>
Retificação de erros				5.465.394	5.465.394
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(128.067.815)</u>	<u>(92.500.705)</u>
Prejuízo do exercício				(30.699.764)	(30.699.764)
Saldos do Exercício em 31/12/2016	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(158.767.579)</u>	<u>(123.200.468)</u>
Retificação de erros				(700.489)	(700.489)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(159.468.068)</u>	<u>(123.900.956)</u>
Prejuízo do exercício				(60.916.790)	(60.916.790)
Saldos do Exercício em 31/12/2017	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(220.384.858)</u>	<u>(184.817.747)</u>
Retificação de erros				42.398.919	42.398.919
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(177.985.939)</u>	<u>(142.418.826)</u>
Prejuízo do exercício				(31.152.109)	(31.152.109)
Saldos do Exercício em 31/12/2018	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(209.138.048)</u>	<u>(173.570.937)</u>
Retificação de erros				(475.882)	(475.882)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(209.613.930)</u>	<u>(174.046.819)</u>
Lucro do exercício				10.001.725	10.001.725
Saldos Iniciais Ajustados 31/12/2019	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(199.612.205)</u>	<u>(164.045.093)</u>
Retificação de erros				(4.851.262)	(4.851.262)
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(204.463.468)</u>	<u>(168.896.356)</u>
Prejuízo do exercício				(2.216.334)	(2.216.334)
Saldos do Exercício em 31/12/2020	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(206.679.802)</u>	<u>(171.112.692)</u>
Retificação de erros				76.383	76.383
Saldos Iniciais Ajustados	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(206.603.419)</u>	<u>(171.036.310)</u>
Prejuízo do exercício				(9.516.632)	(9.516.632)
Saldos do Exercício em 31/12/2021	<u>1.000.000</u>	<u>(424.300)</u>	<u>34.991.410</u>	<u>(216.120.051)</u>	<u>(180.552.941)</u>



20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Bruta de Serviços	380.367.994	189.116.243
Transferências e Delegações Recebidas	377.776.403	186.430.862
Receita Líquida de Serviços	2.591.591	2.685.381
Deduções incidentes sobre a receita	-	(1.408)
(-) Cofins	-	(92)
(-) Pis/Pasep	-	(16)
(-) ISS	-	(1.300)
Receita Operacional Líquida	<u>380.367.994</u>	<u>189.114.836</u>



21. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E RECEITAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2021	2020
Classificação por Natureza		
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	(175.581.324)	(72.807.827)
Pessoal	(144.162.790)	(63.610.539)
Auxílio / vale transporte alunos rede pública estadual	(9.552.158)	(10.402.530)
Custos dos serviços prestados	(47.030.596)	(46.254.867)
Depreciação e amortização	(642.835)	(617.548)
Impostos, taxas e contribuições	(21.083)	(24.574)
Juros e rendimentos recebidos	255.872	166.356
Indenizações e restituições	(4.686)	762
Outras Sentenças Judiciais	(1.529.522)	-
Ganhos com desincorporação de passivos	3.922.909	3.169.409
Aluguéis	849.610	824.090
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(15.677.809)	(1.031.321)
Provisão para Créditos Duvidosos	(1.045.637)	(742.582)
Reversão de provisões e ajustes de perdas	335.424	-
	<u>(389.884.626)</u>	<u>(191.331.169)</u>
Classificação por função		
Custos dos Serviços Prestados	(47.030.596)	(46.254.867)
Despesas Gerais e Administrativas	(342.978.135)	(145.984.724)
Resultado Financeiro	35.237	122.556
Outras Receitas Operacionais	88.867	785.866
	<u>(389.884.626)</u>	<u>(191.331.169)</u>



22. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

O consórcio mantém contrato de seguros, na modalidade de seguro de vida em grupo, num total de 242 segurados, sendo nos valores de R\$ 57.963,65, para 169 segurados e R\$ 80.000,00, para 73 segurados, conforme apólice nº 1019300519338, da CAPEMISA SEGURADORA, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018.

23. DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO, LEI Nº 13.303/2016, ART. 8º, INCISO VI.

Programa/Ação/Subação (A)			Dotação Autorizada (B)	Despesa liquidada (C)	% C / B (D)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)
1	1085 - Programa de Comunicação com os usuários do STPP/RMR		1.454.927,80	1.264.608,45	86,92%		
1.1	4677 – Implementação de Ações Educativas e de Marketing	C162 – Implementação de Ações Educativas e de Marketing.	1.000,00	0,00	0,00%	Nenhuma campanha realizada	Dotação negativada
1.2	4678 - Manutenção da Central de Atendimento aos Clientes do STPP/RMR	0000 - Outras medidas	1.453.927,80	1.264.608,45	86,98%	Manutenção realizada	A central de atendimento ao cliente funciona das 7 as 19horas de segunda a sexta e das 9 as 14:00 sábados e domingos, com 42 atendentes e sendo eles pessoas com necessidades especiais contratadas por meio de convênio firmado com três instituições quais sejam: FCD, CESR e ABDF. Em 2021 os atendentes ficaram em casa e foi disponibilizado para eles telefones celulares para atendimento aos usuários do STPP/RMR. Ela recebeu uma média de 12.286 ligações para reclamações sobre o STPP/RMR. Estas reclamações recebem tratamento e servem de subsídio a avaliação das empresas operadoras do sistema



Programa/Ação/Subação (A)			Dotação Autorizada (B)	Despesa liquidada (C)	% C / B (D)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)
2	1086 - Operacionalização do Sistema de Transporte Público de Passageiros - STPP/RMR		207.798.846,98	195.417.537,75	94,04%		
2.1	4679 Realização de Pesquisas Operacionais para Melhoria do STPP/RMR	1766 - Realização de estudos para a Navegabilidade do Rio Capibaribe	10.000,00	0,00	0,00%	Manutenção realizada	Dotação negatizada
2.2	4680 - Reforma de Terminais de Integração e Miniterminais	0000 - Outras medidas	1.000,00	0,00	0,00%		
2.3	4681 - Manutenção e Operacionalização dos Terminais Integrados e Miniterminais	0000 - Outras medidas	6.014.893,79	4.604.406,26	76,55%	Manutenção realizada	Recuperação estrutural dos pilares do Terminal do Cais de Santa Rita e pavimento e sistema viário do Terminal de Igarassu
2.4		1929 - Manutenção e Operacionalização do T.I. Abreu e Lima	1.301.647,13	1.252.366,73	96,21%		
2.5		1930 - Manutenção e Operacionalização do Terminal Aeroporto	1.755.755,20	1.698.603,86	96,74%		
2.6		1931 - Manutenção e Operacionalização do Terminal Afogados	601.958,83	521.548,74	86,64%		
2.7		1932 - Man. e Oper. do T.I. Barro	1.930.150,46	1.831.139,33	94,87%		
2.8		1933 - Man. Oper. T.I. Cabo de Sto Agostinho	1.055.916,70	950.448,72	90,01%		
2.9		1934 - Man. e Oper. do T.I. Cajueiro Seco	1.631.701,60	1.571.714,64	96,32%		
2.10		1935 - Man. e Oper. do T.I. Camaragibe	1.696.457,40	1.561.749,67	92,06%		
2.11		1936 - Man. e Oper. do Terminal Cavaleiro	33.513,25	11.103,09	33,13%		
2.12		1937 - Man. e Oper. do Terminal Caxanga	1.057.105,94	826.153,82	78,15%		
2.13		1938 - Man. e Oper. T.I. Cosme e Damião	269.829,35	258.486,85	95,80%		
2.14		1939 - Man. e Oper. do Terminal Igarassu	1.192.949,84	1.169.900,42	98,07%		
2.15		1940 - Man. e Oper. do T.I. Jaboatão	899.062,57	835.618,01	92,94%		
2.16		1941 - Man. e Oper. do T.I. Joana Bezerra	2.334.442,80	2.215.311,34	94,90%		Estão incluídos pagamentos de Água e Esgoto, Energia Elétrica, Apoio Administrativo, Limpeza e Conservação e Vigilância Ostensiva
2.17		1942 - Man. e Oper. do T.I. Largo da Paz	661.602,65	607.091,52	91,76%		
2.18		1943 - Man. e Oper. do T.I. Macaxeira	2.546.426,50	2.431.529,49	95,49%		
2.19		1945 - Man. Oper. T.I. Milton de O Santos (PE-15)	1.940.944,09	1.911.822,14	98,50%		
2.20		1946 - Man. e Oper. T.I. Pelópidas Silveira	2.137.785,52	2.024.296,24	94,69%		
2.21		1947 - Man. e Oper. do Terminal Prazeres	500.260,10	479.472,28	95,84%		
2.22		1948 - Man. e Oper. do Terminal Recife	715.204,74	669.895,44	93,66%		
2.23		1949 - Man. e Oper. do T.I. Rio Doce	880.422,54	788.185,06	89,52%		
2.24		1950 - Man. e Oper. do T.I. Santa Luzia	653.460,21	573.367,66	87,74%		
2.25		1951 - Man. e Oper. do T.I. Santa Rita	870.088,95	682.760,18	78,47%		
2.26		1952 - Man. e Oper. do T.I. Tancredo Neves	1.620.275,59	1.499.820,62	92,57%		
2.27		1953 - Man. e Oper. do T.I. TIP	906.208,34	799.069,02	88,18%		
2.28		1954 - Man. e Oper. T.I. Xambá	1.697.842,92	1.575.830,30	92,81%		
2.29		1955 - Manutenção e operac. T.I. III Perimetral (vereador Zezito de Magalhães Melo)	755.691,11	701.825,73	92,87%		
2.30		1956 - Manutenção e operac. Terminal IV Perimetral (Getúlio Vargas)	1.302.105,38	1.233.323,97	94,72%		



2.31	4682 – Implantação do BRT - Corredores Norte - Sul e Leste - Oeste do STPP / RMR	0000 - OUTRAS MEDIDAS	1.000.000,00	955.522,09	95,55%		Foram realizadas intervenções físicas do tipo retrofit em 20 estações de BRT's com serviços concluídos em 15/12/2021
2.32	4685 – Subsídio às Emp. Operadoras STPP/RMR	0000 - OUTRAS MEDIDAS	199,82	0,00	0,00%		
2.33	4685 – Subsídio às Emp. Oper.STPP/RMR	1958 – Concessão de subsídio às Linhas Alimentadoras	18.146.821,76	16.000.803,81	88,17%		
2.34	4685 – Subsídio às Emp. Oper.STPP/RMR	1959 – Concessão de subsídio ao Corredor Norte/Sul	80.906.892,90	80.887.875,64	99,98%		
2.35	4685 – Subsídio às Emp. Oper.STPP/RMR	1960 – Concessão de subsídio ao Corredor Leste/Oeste	51.107.325,00	50.744.736,14	99,29%		
2.36	4686 – Implementação do Sistema Inteligente de Monitoramento da Operação – SIMOP	0000 - OUTRAS MEDIDAS	4.557.900,00	0,00	0,00%		Em 2021 o CTM iniciou a tramitação para contratação de empresa especializada de forma emergencial para que o sistema funcione até que seja finalizada a contratação de empresa para manutenção e melhoria do SIMOP
2.37	1313 - Ampliação e Melhoria do Sistema de Bilhetagem Eletrônica para os Usuários do STPP/RMR	1126 – Inserção da gratuidade do cartão eletrônico " Vem Estudantil" no STPP/RMR	13.105.004,00	11.541.758,94	88,07%		O ano de 2021 fechou com 98.402 cartões ativos no programa Passe Livre , sendo carregados mensalmente uma média de 25.000 cartões

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas, ações e subações conforme a Lei Orçamentária Anual
- (B) Dotação orçamentária original+suplementações-cancelamentos ocorridos no exercício financeiro
- (C) Total da despesa liquidada por programas e ações
- (D) Percentual alcançado (C/B)
- (G) Resultado físico alcançado
- (H) Esclarecimentos técnico quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas)

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Contrato de Parceria Público-Privada - PPP

Em 14 de dezembro de 2021 foi celebrado contrato de parceria público-privada de nº 015.2021, entre o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, Estado de Pernambuco, tendo por Interveniente a Secretaria de Desenvolvimento e Habitação, e de outro lado, o CONSÓRCIO NOVA MOBI PERNAMBUCO – SPE S.A.. A sua modalidade é de concessão administrativa para administração, manutenção, conservação exploração comercial de áreas e serviços dos terminais e das estações de BRTs, vinculados ao Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, precedida de obras de requalificação, com fornecimento de equipamentos e sistemas de tecnologia de informação e monitoramento, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. O prazo de concessão é de 35 (trinta e cinco) anos, no valor de

R\$ 639.367.393,64 (seiscentos e trinta e nove milhões, trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos).

O reflexo nas demonstrações contábeis, dessa parceria acontecerá no exercício de 2022, em função da data de início dos serviços ter ocorrido a partir do dia 23/01/2022, consignada na Ordem de Início nº 001/2022, expedida pelo CTM.

Recife, 28 de abril de 2022.



LAURENILDO FREITAS DA SILVA
CPF Nº 362.279.354-68
CRC/PE Nº 12.707-O